CÂMARA DOS DEPUTADOS - DETAQ

Reunião: 0724/18 Hora:

Data:

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO ESPECIAL - PL 1292/95 - LICITAÇÕESEVENTO: Reunião OrdináriaREUNIÃO Nº: 0724/18DATA: 10/07/2018LOCAL: Plenário 14 das ComissõesINÍCIO: 16h34minTÉRMINO: 17h50minPÁGINAS: 25

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO

OBSERVAÇÕES

Há orador não identificado em breve intervenção. Houve intervenção ininteligível. Houve intervenção inaudível.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião Ordinária da Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.292, de 1995, e apensados, que tratam das formas para licitações e contratos da administração pública.

Encontra-se sobre a mesa requerimento para votação nominal do requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, apresentado pelo Deputado Félix Mendonça Júnior.

V.Exa. retira o requerimento?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Está retirado.

V.Exa. vai retirar o requerimento também da inversão, Deputado?

O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sim, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - O.k. Retirado.

Encontra-se ainda sobre a mesa requerimento para votação, pelo processo nominal, do requerimento de inversão da ordem dos trabalhos, apresentado pelo Deputado Afonso Florence, que passo a ler:

Requeiro a V.Exa., com base no art. 117, inciso XII, c/c o art. 186, §2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que a votação do requerimento da inversão da ordem dos trabalhos seja feita pelo processo nominal.

Com a palavra o Deputado Afonso Florence, autor do requerimento, por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Vou usar menos, mas, regimentalmente, há que se registrar.
Presidente Augusto Coutinho, Relator João Arruda, nós vimos discutindo - eu, Deputado Vitor Lippi e vários Deputados - detalhadamente o texto, artigo por artigo, inciso por inciso.
Meu partido tem posição contrária a alguns itens que constam do texto. Eu reconheço e quero destacar aqui a forma amistosa e cordial - em alguns pontos permeável, em outros, defendendo sua posição - com que o Relator João Arruda conduziu as negociações. Nós tivemos acordo sobre vários pontos, mas em alguns pontos centrais permanecem divergências.
Quanto ao aumento da obrigatoriedade de seguro, por exemplo, para nós, há divergência, assim também no tocante à extinção da possibilidade de carta-convite para Municípios pequenos. Se consultarmos a maioria dos Municípios, os Prefeitos que licitam, veremos que essa proposta significará a perda de um grande instrumento de gestão. E não é verdade que se vai combater corrupção extinguindo carta-convite. Se for assim, podemos debater também o aumento do valor de inexigibilidade para 100 mil reais.
Portanto, esses pontos são controversos. Eu não participei da negociação, nem sabia o que estava acontecendo? Eu estava disponível. Nós estamos começando a sessão aproximadamente 2 horas depois do horário previsto, e eu estava disponível para o debate.
Fui procurado para tirar os destaques, mas não posso retirá-los, porque essa posição, para a nossa bancada, é quase um princípio. Não que eu esteja querendo artificialmente obstruir. Reconheço que houve avanço em vários pontos, mas, para nós, vários pontos fundamentais não foram contemplados. Houve uma redução do percentual de margem de preferência autorizado hoje na legislação. Isso cai, é verdade, mas se reconheceu a possibilidade de margem de preferência regional. Isso foi um pleito meu. Mas o percentual, no texto, está em 10% e em 15%; hoje é de 25%.
(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Aliás, os percentuais foram modificados para 20% e 10%. Eu tinha um papel aqui com a informação de que os percentuais seriam de 10% e 15%, mas chegou um papel depois. Imaginem a situação em que nós estamos: eu tinha um papel aqui, há 15 minutos, com uma informação errada, diferente da que está sendo passada agora.
Por isso, eu estou com esse requerimento. Não vou gastar o tempo todo. Eu topo conversar, mas reconheço o esforço. Não estou responsabilizando nem o Relator nem o Presidente, mas o fato é que estamos nos estertores desta Comissão, com o quórum atingido a 2 horas do início previsto. Por isso, eu estou justificando o porquê da apresentação desse requerimento de votação nominal.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Antes de passar a palavra ao Relator, é importante que se diga que estamos aqui - e justiça seja feita, como ressaltado pelo Deputado Afonso Florence - tentando uma negociação. O Relator tem sido incansável neste sentido de entendimento.
A Comissão está cumprindo a sua função. O que pudemos fazer para discutir - fomos a vários Estados - nós fizemos. Estivemos à disposição de todos, de uma forma muito clara. Ficamos durante todo o tempo desta Comissão abertos à discussão. Então, nós estamos cumprindo o nosso papel.
Se a Casa não quiser votar, não vota. O Presidente chamará o projeto como

veio do Senado - tal como S.Exa. já disse que fará -, e nós levamos à votação o texto do Senado. Mas o que nós e o Relator queremos oferecer ao Brasil é um projeto avançado, um texto que foi discutido e bastante elaborado.
O Relator está de parabéns pela condução que tem dado. Mas, mesmo se a Câmara não quiser votar, tenho certeza de que eu cumpri o meu papel de Presidente, assim como o Deputado João Arruda cumpriu o papel dele também.
Com a palavra o Deputado João Arruda.
O SR. DEPUTADO JOÃO ARRUDA - Eu queria agradecer as palavras de V.Exa. Nós temos nos colocado à disposição, em todos os momentos, para fazer o debate sobre o texto. A construção tem sido de maneira responsável, não só recebendo as sugestões, como trocando ideias e debatendo as propostas também com o Senado e com o próprio Governo. Afinal de contas, nós queremos apresentar um texto que seja aprovado na Comissão para, posteriormente, ser aprovado no Plenário da Câmara e no Senado - e de preferência que não tenha vetos. Não sei se isso será possível. Por isso, torna-se necessário este diálogo de maneira muito constante.
Quero fazer uma referência aos pontos em que o Partido dos Trabalhadores tem algumas discordâncias, como é o caso do seguro-garantia, por exemplo. Informo que já reduzimos os valores que vieram do projeto do Senado. Não digo que estão menores em relação ao que existe atualmente, mas o seguro-garantia teve o seu percentual fixado em 30% para obras de grande vulto.
No projeto do Senado, esse percentual era para obras de 100 milhões. Nós aumentamos o percentual para as obras de grande vulto, acima de 200 milhões. Ou seja, a obrigatoriedade de seguro-garantia no percentual fixado em 30% ficou para as obras acima de 200 milhões.
Hoje nós encontramos aqui uma solução, uma alternativa, por meio do entendimento que fizemos com alguns Parlamentares que representavam e falavam em nome de setores da construção civil, mas de empresas menores. E nós diminuímos também, em relação à proposta que veio do Senado, o percentual aplicado às obras que não são de grande vulto. Nós substituímos o percentual de até 20% e estabelecemos que será de até 10% para obras de até 100 milhões; para as obras de 100 milhões a 200 milhões, o percentual seria fixo, de 10%, com a possibilidade de aumento em relação a obras que tenham maior complexidade.
Portanto, nós conseguimos chegar a um acordo.
Também aqui nós acatamos - eu vou ler aqui - diversas sugestões de diversos Parlamentares, inclusive de V.Exa. Muitas delas nós consideramos justas e coerentes, que têm a ver com margem de preferência de 10% e 20%, também para dar preferência à indústria regional e a alguns setores, a exemplo do que ocorre, no Estado da Bahia, que tem a indústria moveleira e pode ser privilegiada com essa margem de preferência, para que o desenvolvimento econômico aconteça na região, assim como um favorecimento à indústria nacional, além de outros pontos.
Eu sei que o último texto - e eu precisava fechar este acordo - foi apresentado agora, mas os pontos a que fizemos referência, os quais recebemos por meio de sugestão de V.Exa., foram encaminhados inclusive ao WhatsApp da assessoria de V.Exa.
Mas a minha opinião é de que nós encontramos aqui um bom caminho dentro daquilo que nós debatemos, inclusive não só para que apresentemos essa

proposta no texto, mas que seja ela aprovada. Esperamos que isso seja debatido e defendido em plenário e também junto ao Governo, para que não exista veto. Caso haja veto, o compromisso dos partidos que fizeram o acordo é com a derrubada desse veto, para que se mantenha o texto sugerido por V.Exa.
Portanto, eu faço aqui um apelo ao Partido dos Trabalhadores e a V.Exa. exatamente pela preocupação que o Presidente tem aqui em relação aos prazos. Vai-se tornar muito difícil a aprovação desse texto em agosto ou neste ano eleitoral, em razão do calendário que temos. Portanto, devemos aprovar esse texto na Comissão e ter o apoio de todos.
Alguns ajustes ainda poderão ser feitos em plenário. Isso será possível. Os destaques poderão ser apresentados no plenário. Mas, se não avançarmos hoje aqui, amanhã, com Ordem do Dia, ou após o recesso, será muito difícil aprovarmos.
Ressalto que esse texto do substitutivo não foi apresentado pelo Relator, mas construído por todos os membros da Comissão, inclusive por V.Exa. e por outros Parlamentares que apresentaram alguns destaques. Alguns já retiraram os destaques, inclusive aqueles que apresentaram voto em separado.
Então, eu faço este apelo a V.Exa., Deputado Afonso Florence, para que nós possamos avançar no substitutivo hoje aqui.
O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Peço a palavra, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Concedo a palavra ao Deputado Vitor Lippi.
O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Da mesma forma, eu quero reconhecer o esforço do Relator, porque essa matéria é extremamente complexa e, certamente, uma das mais importantes, pois diz respeito à melhoria da gestão pública, das compras públicas, dos contratos - e o poder público depende, essencialmente, dos seus contratos.
Portanto, sabemos da responsabilidade que todos temos. E temos uma convicção: hoje está muito ruim para todo mundo. Nós temos obras paradas, carros parados, enfim, tudo demora. Além disso, fazemos compras de péssima qualidade. Portanto, é muito ruim para o gestor público, e nós estamos pagando muito caro por não ter um aperfeiçoamento dessa legislação.
Há, também, o fato de os gestores de boa-fé estarem sendo punidos, e vemos um desestímulo muito grande para os gestores. Ninguém quer mais ser gestor no Brasil, porque não consegue ter eficiência, não consegue fazer rápido e com qualidade, que é o que a sociedade espera dele.
Nesse sentido, eu quero aqui reconhecer o esforço do nosso Presidente, Deputado Augusto Coutinho, e, em especial, do nosso Relator, Deputado João Arruda, de acatar importantes contribuições que vieram dos Municípios, dos Tribunais de Contas, dos setores que prestam serviços, das indústrias.
Enfim, eu acho que todo mundo pôde dar a sua contribuição aqui, Deputado Afonso Florence, e gostaria de relembrar alguns avanços muito importantes que nós temos aqui que comemorar.
Primeiro, nós vamos dar mais garantias ao bom gestor, para evitar a descontinuidade dos serviços públicos, ampliando a possibilidade de ele usar as compras emergenciais. Hoje as pessoas têm muito medo de fazer contrato emergencial, e acabamos ficando sem remédio, sem equipamento, paralisando serviços públicos essenciais e importantes para a sociedade.
Outro avanço importante foi a redução do tempo das licitações com a inversão

de fases, que é uma forma bastante inteligente de reduzirmos o tempo das licitações.
Outra questão importantíssima foi a simplificação do processo, com a padronização. Ou seja, poderemos ter uma padronização de licitações que sejam semelhantes, para que não se tenha que fazer uma licitação diferente em cada Município, por dezenas de vezes. Poderá haver um padrão nacional, que vai estar disponibilizado ao longo do tempo para os Municípios.
Também cito a criação de um comitê nacional de compras públicas, que será também essencial para o aperfeiçoamento permanente, com a participação do Governo, dos Municípios e dos Tribunais de Contas, pois será um exercício permanente na busca do mais simples, do mais eficiente, do mais adequado e do melhor serviço para a sociedade.
Outros pontos importantes são: a criação do Portal Nacional da Transparência; a possibilidade da carona na ata de registro de preço - que vai ser muito importante para que não haja paralisação de serviços -; a permissão de análise prévia dos editais pelos Tribunais de Contas, para reduzir os erros eventuais, as questões de entendimento, e as punições, depois de anos. Essa hipótese vai prestigiar o gestor que fez aquilo que entendia ser o melhor, mas ele não pôde contar com a colaboração do Tribunal de Contas. Então, nós entendemos que isso é muito bom.
DEPUTADO VITOR LIPPI
Há também no texto proposto a exigência do seguro, o que também vai aumentar a pré-qualificação das empresas. Houve um grande debate aqui para que isso também não excluísse muitas empresas, mas, ao mesmo tempo, ampliasse a pré-qualificação. Há a questão, também, da ampliação da atualização do valor da compra direta, entre outras questões importantes.
Então, eu gostaria também de pedir ao Deputado Florence que nós pudéssemos estar juntos. Eu sei que é possível que algumas contribuições ainda possam ser dadas, mas eu acho que nós chegamos próximo a 100% de tudo o que foi aqui solicitado.
Ressalto que temos numa preocupação muito grande, principalmente, com os pequenos Municípios. Sei que V.Exa. também tem exatamente essa visão. Se, por um lado, não vai haver mais a questão da modalidade da carta-convite; por outro lado, estamos ampliando para 50 mil, para 100 mil, a questão da compra direta. Enfim, estamos, na verdade, substituindo isso e incentivando o uso dos pregões, que, sem sombra de dúvida, promovem a transparência e uma participação maior das empresas.
Peço, portanto, a compreensão do Deputado Afonso Florence, que deu grandes contribuições aqui e com quem aprendemos bastante, até porque S.Exa. já foi gestor, inclusive, de grandes obras. E peço essa compreensão para que possamos avançar nessa matéria tão importante.
Eu ainda tenho um pedido - que também não foi atendido - sobre a questão dos carros. Mas acho que vamos, com o texto, reduzir o número de obras paradas. Ainda estamos discutindo como resolver essa questão dos carros. Mas tenho convicção, porque participei bastante desta Comissão, que, sem dúvida, temos muito mais a comemorar do que a lamentar.
Realmente, houve um avanço muito importante e seria muito bom que todos pudéssemos estar juntos para a aprovação dessa matéria.
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Vou fazer o seguinte

encaminhamento: o Deputado Tadeu Alencar me pediu a palavra e vou atender S.Exa., mas logo depois passaremos à orientação de bancada - senão vamos postergar muito, e nós queremos votar.
Antes, porém, quero ouvir o Deputado Afonso Florence, para saber se S.Exa. se sensibilizou com os argumentos.
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Se for o que todo quer ouvir, V.Exa. me deixará falar... *(Risos.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado Afonso Florence, eu só queria dizer a V.Exa. que todos os dias estamos vendo reproduzidas na televisão gravações de vídeo com pessoas dizendo o seguinte: *O Brasil que eu quero é aquele que não tenha obras paradas, porque os políticos...*. E nós sabemos que o problema não é do Prefeito, não é do político; o problema é da legislação.
É exatamente por isso que hoje o Brasil tem uma enormidade de obras paradas. Então, esse é um trabalho pelo Brasil, não é um trabalho para um determinado Governo.
V.Exa. tem a palavra.
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Agradeço, Sr. Presidente Augusto Coutinho. Vou retirar os requerimentos de obstrução e vou justificar a minha retirada. Serei rápido.
Quero dizer, inicialmente, que recebi a nova versão do texto depois que eu já tinha falado. E nós fizemos destaques à versão antiga, porque a nova só está sendo divulgada agora. Então, não estou fazendo nada exorbitante, nada disso.
Agradeço ao Deputado Vitor Lippi as palavras e atendo o apelo de V.Exa. no sentido da retirada dos requerimentos, Presidente. Vou retirá-los. Agora, ressalto que não vou fazer isso em decorrência da ameaça de que a matéria irá ao plenário. Assim o faço para valorizar o trabalho dos meus colegas e do Relator.
Concordo, sem dúvida nenhuma, que houve um grande esforço do Relator e de vários Deputados aqui - inclusive do Deputado Vanderlei Macris. Houve várias reuniões. Independentemente das divergências partidárias e eleitorais, nós trabalhamos para melhorar a legislação.
Então, vou retirar o requerimento para valorizar esse trabalho, até porque o fato de o Presidente colocar para ser votado em plenário um texto do qual discordo acontece todos os dias. Não há problema nisso.
Quero dizer, ainda, que, nessa nova redação que foi distribuída, o meu nome está atribuído a alguns textos. Mas não há minha concordância com essas observações. Então, vou retirar o requerimento, mas, já que esse fato me chamou a atenção, vou citar alguns pontos. Por exemplo, na margem de preferência, eu não abri mão da redução dos 25%, da possibilidade de ser até 25%, e aqui está disposto que são 20%. Eu reconheço que foi incorporada uma contribuição minha - §§ 4º e 5º -, que faculta ao Governo Distrital e aos Governos Estaduais licitar dando margem de preferência a empresas instaladas em seus territórios e aos Municípios... Reconheço que isso foi da minha lavra. Agora, para mim, a redução é tão importante quanto isso. Então, eu não considero que possa ser dito que é da minha lavra o conjunto da obra.
Por outro lado, eu quero registrar que não há como eu abrir mão dos destaques. Os destaques estão na forma do texto distribuído, que é diferente do texto que eu recebi aqui agora. Então, se for colocado em votação o texto

que eu recebi agora, eu tenho que analisar se poderei reapresentar destaques. Eu estou apresentando três destaques, que é o que eu posso apresentar.
Um deles é relativo ao plano de contratação anual, que, mais uma vez, disseram que é da minha lavra. Eu sou contra ele porque já há PLDO, PPA, PLOA. Não vai ser o plano de contratação anual que vai resolver a paralisação de obras! Foi posto *de acordo com o regulamento,* e isso não é uma formulação minha.
Então, quero registrar que o que está escrito aqui não é necessariamente da minha lavra e que os meus destaques decorrem do fato de que, logrando êxito na supressão do texto, vão para um texto melhor. Por exemplo, eu defendi desde o início, conforme a minha interpretação, que não fosse mantido no texto o trecho *revoga a Lei nº 8.666.* Por quê? Porque, na ausência do texto novo, valeria a Lei nº 8.666.
DEPUTADO AFONSO FLORENCE
Eu vou manter o destaque para que não haja seguro obrigatório de 30% a partir de 200 milhões de reais. Por quê? Porque, de acordo com a interpretação que nós temos do Regimento e da legislação revogada, a Lei nº 8.666 - não estou dizendo que é melhor -, deixa de existir a obrigatoriedade de seguro. Não volta para o do Senado. E nós vamos ter que resolver no plenário, fazer um acordo e criar um texto, talvez com uma margem mais flexível.
Digo a V.Exas. que, para mim, obras grandes não são só aquelas a partir de 200 milhões de reais. As de 80 milhões de reais ou 100 milhões de reais são obras grandes!
Não quero fazer obstrução. Eu estou apenas justificando. Vou retirar o *kit* obstrução e vou manter os destaques, porque, no mérito, quero debater e continuar a contribuir para que tenhamos o melhor texto possível. Insisto nisso. Sei que era a trabalho - não quero ser indelicado -, mas eu cheguei às 2h30min da tarde, que era a hora combinada. Então, não posso abrir mão dos meus destaques, Presidente.
Mas eu quero ressaltar que estou retirando a obstrução e vou ajudar a votar de forma célere, Presidente. Não vou usar o tempo máximo de encaminhamento, vou apenas registrar a minha posição, em respeito ao seu trabalho e ao trabalho da Comissão, e não ao temor de o texto ir para o Senado, para o plenário, porque isso não assusta. Está retirado todo o *kit.*
Obrigado.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Obrigado, Deputado.
Em apreciação a ata da 14ª Reunião...
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu peço a leitura da ata, Sr. Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Passo à leitura:
Ata da 14ª Reunião Ordinária
Realizada em 12 de junho de 2018
Às quinze horas e quarenta e dois minutos do dia doze de junho de dois mil e dezoito, reuniu-se a Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 1.292, de 1995, do Senado Federal, que altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, e apensados, no Anexo II, Plenário 14 da Câmara dos Deputados, com a presença dos Senhores Deputados Augusto Coutinho - Presidente; Laercio Oliveira - Vice-Presidente; João Arruda - Relator; Afonso Florence (registro pelo uso da palavra), Assis Carvalho, Celso Maldaner, Evair

Vieira de Melo, Evandro Roman, Félix Mendonça Júnior, Hildo Rocha, João Carlos Bacelar, Joaquim Passarinho, Jorge Côrte Real, Milton Monti, Professora Dorinha Seabra Rezende, Tadeu Alencar, Thiago Peixoto, Toninho Pinheiro, Valmir Prascidelli (registro pelo uso da palavra) e Vitor Lippi - Titulares; Carlos Henrique Gaguim, Edmar Arruda, Eduardo Cury, Flávia Morais, Toninho Wandscheer e Vanderlei Macris - Suplentes. Compareceu também o Deputado Julio Lopes, como não-membro. Deixaram de comparecer os Deputados Arnaldo Jardim, Bacelar, Bebeto, Cacá Leão, Chico Alencar, Fabio Reis, Giuseppe Vecci, Jhonatan de Jesus, João Paulo Papa, José Guimarães, Marcus Vicente, Paulo Azi e Professor Victório Galli. Abertura: Havendo número regimental, o Presidente declarou abertos os trabalhos e submeteu à apreciação a Ata da Décima Terceira Reunião Ordinária, realizada no dia vinte e três de maio de dois mil e dezoito, cuja leitura foi dispensada. Em votação, a ata foi aprovada. Expediente: O Presidente comunicou que estava disponível a lista com a sinopse das seguintes correspondências recebidas: 1) Ofício 5/2018, do Deputado Joaquim Passarinho, em que encaminha contribuições do SINDUSCON/PA ao Substitutivo do relator ao PL 1.292/95; 2) Ofício 95/2018, do Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul, em que encaminha contribuições ao PL 1.292/95; 3) Ofício do Comitê Brasileiro de Arbitragem - CBAr em que encaminha contribuições ao Substitutivo do Relator ao PL 1.292/95; 4) Aviso 531, do Tribunal de Contas da União, em que encaminha contribuições ao PL 1.292/95. Ordem do Dia: Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda (MDB/PR). A - Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário: Prioridade 1 - Projeto de Lei nº 1.292/95 - do Senado Federal - Lauro Campos - (PLS 163/1995) - que "altera a lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências". (Apensados: PL 418/1995 (Apensado: PL 1.587/2003 (Apensados: PL 1.504/2007, PL 725/2011, PL 2.603/2011, PL 2.682/2011, PL 4.117/2012, (...) PL 1.468/1999, (...) (Apensados: PL 5.079/2005 (Apensado: PL 7.353/2006), (...) (Apensado: PL 281/2007), PL 2.413/2000, PL 2.518/1996, PL 2.519/1996, PL 2.525/2000, PL 2.548/1996 (Apensado: PL 3.913/2012), (...) (Apensado: PL 6.210/2013) e PL 9.732/2018), PL 2.890/2000 (Apensados: PL 5.874/2013 e PL 6.594/2013), PL 3.040/97 (Apensados (...) PL 10.086/18)), PL 3.087/15 e PL 6.507/16) e PL 3.464/12), PL 3.117/97, PL 3.219/00 (Apensados: PL 3.992/04, (...) PL 2.465/2011, (...) PL 5.418/13), PL 3.232/00 (Apensado: PL 6.956/17), (...) (Apensados: PL 3.656/12, PL 5.144/16 e PL 9.916/18), (...) PL 7.37/95, PL 850/95, PL 920/95, (...) PL 1.404/96, PL 1.414/96, (...) (Apensado: PL 7.530/14), (...) PL 1.494/96, PL 1.495/96, PL 1.497/96, PL 1.498/96, PL 1.499/96, PL 1.500/96, PL 1.501/96, PL 1.986/99 (Apensados: PL 175/03 e PL 1.558/03), (...) PL 3.790/00, PL 6.957/02 (Apensados: PL 1.794/07, PL 5.036/09, PL 5.348/09 (Apensados: PL 7.894/14, PL 977/15, PL 3.850/15, PL 4.575/16 e PL 6.530/16), (...) PL 2.486/11, PL 3.354/12, PL 3.719/12, PL 4.916/12 (Apensados: PL 7.053/14 (Apensado: PL 5.027/16) e PL 4.359/16), PL 6.046/13 e PL 4.783/16), PL 2.464/03 (Apensado: PL 5.810/16), PL 4.222/04 (Apensado: PL 6.420/13), PL 4.521/01 (Apensados: PL 5.672/16 e PL 5.976/16), PL 6.894/06 (Apensado: PL 6.944/06), PL 7.208/06, PL 386/07 (Apensado (...)), PL 2.444/11, PL 3.576/12, PL 3.750/12 (Apensados: PL 983/15 (Apensado: PL 1.758/15 (Apensados (...) PL 4.946/13 e PL 8.052/17), PL 2.238/96, PL 2.980/11, PL 3.274/12, PL 3.774/12, PL 3.918/12, PL 5.008/13

(Apensados: PL 1.363/15, PL 7.635/17 (...), PL 10.072/18, PL 10.101/18 (...). Explicação da ementa: obriga o contratado a cientificar a administração pública, em oito dias, as subcontratações que realizar. Relator: Deputado João Arruda. Parecer: pela constitucionalidade e injuridicidade dos PL 1.365/95, PL 1.413/96, PL 2.518/96, PL 1.492/96 e PL 482/07, apensados; pela adequação orçamentária e financeira do PL 1.292/95 e dos seus apensados e emendas; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa, e, no mérito, pela aprovação do PL 1.292/95 (...) do PL 850/95, do PL 920/95 (...) do PL 3.040/97 (...) do PL 1.468/99 (...) do PL 3.146/08, do PL 4.809/09, do PL 5.036/09, do PL 5.073/09, do PL 5.195/09 (...) do PL 6.023/09, do PL 6.136/09 (...) do PL 725/2011, do PL 822/2011, do PL 1.783/11, do PL 2.296/11 (...) do PL 3.898/12 (...) do PL 5.365/13 (...) do PL 5.970/13, do PL 6.210/13, do PL 6.594/13, do PL 6.751/13 (...) do PL 7.567/14 (...) do PL 1.821/15 (...) do PL 2.301/15 (...) do PL 5.772/16, do PL 5.871/16, do PL 6.530/16, do PL 6.814/17, do PL 6.820/17, do PL 6.956/17, do PL 7.635/17, do PL 8.333/17 (...) apensados (...) da Emenda 1/96 ao PL 1.292/95 (...) e das Emendas 2, 3, 4 e 5/99 ao PL 1.292/95 (...) da Emenda 2/95 ao PL 662/95, com Substitutivo; pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa; (...) e, no mérito, pela rejeição do PL 220/95, do PL 227/95, do PL 246/95 (...) do PL 1.491/96 (...) do PL 1.500/96, do PL 1.501/96 (...) do PL 2.023/96, do PL 2.233/96 (...) do PL 3.398/97 (...) do PL 2.890/00 (...) do PL 4.001/01 (...) do PL 3.407/04 (...) do PL 5.895/05 (...) do PL 386/07 (...) do PL 6.457/09 (...) do PL 7.069/10, do PL 7.612/10, do PL 2.444/11, do PL 2.682/11, do PL 2.740/11, do PL 3.274/12, do PL 3.339/12 (...) do PL 3.750/12, do PL 3.913/12 (...) do PL 4.946/13, do PL 5.058/13 (...) do PL 7.530/14, do PL 1.758/15 (...) do PL 5.672/16, do PL 5.810/16 (...) do PL 8.052/17, do PL 8.463/17, do PL 8.684/17, do PL 9.245/17, do PL 9.732/18, do PL 9.790/18, do PL 10.072/18, do PL 10.101/18 (...) apensados, da Emenda 1/95 ao PL 4.161/93 (...) da Emenda 1/95 ao PL 662/95 (...) da Emenda 3/95 ao PL 662/95 (...) e da Emenda 1/99 ao PL 1292/95 (...). O Presidente concedeu a palavra ao Relator, que apresentou novo parecer, e, em seguida, anunciou a discussão da matéria. O Deputado Afonso Florence, então, solicitou que o parecer fosse discutido no dia seguinte. Ato contínuo, manifestaram-se os Deputados Bacelar, Ivan Valente, Vanderlei Macris, Toninho Pinheiro, Valmir Prascidelli, Jorge Côrte Real, Hildo Rocha e Vitor Lippi. O Relator propôs que a discussão e votação do parecer acontecesse na semana seguinte, com o que aquiesceu o Presidente. Assumiu a direção dos trabalhos o Deputado Vitor Lippi. Encerramento: em virtude da Ordem do Dia na sessão do plenário, o Presidente em exercício encerrou os trabalhos às dezesseis horas e vinte e quatro minutos, antes, porém, convocou reunião para o dia dezenove de junho de 2018, às quatorze horas e trinta minutos. E, para constar, eu, Alessandro Alves Miranda, Secretário-Executivo lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e encaminhada ao Diário Oficial da Câmara dos Deputados. Deputado Augusto Coutinho, Presidente. O inteiro teor foi gravado, passando o arquivo de áudio correspondente a integrar o acervo documental desta reunião.

Essa é a ata.

Em discussão.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Peço a palavra para discutir, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Pois não, Deputado. V.Exa. tem 1 minuto para corrigir a ata.

O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - V.Exa. está rígido hoje. *(Risos.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Óbvio. V.Exas. não querem votar. *(Risos.)*
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Exatamente por isso.
Só para esclarecer, Presidente, que a posição da bancada do PSOL aqui hoje tem uma razão de ser. Nós entendemos que votar à beira do recesso parlamentar, à beira de um processo eleitoral, um projeto com essa complexidade, que não vai a Plenário, parece-me...
(Não identificado) - Vai a Plenário.
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Quando, amanhã?
(Não identificado) - Vai em agosto.
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sim, mas quando vai a Plenário? Não vai. Há uma fila de processos no Plenário.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Deputado, V.Exa. pediu para discutir a ata.
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Eu estou discutindo a ata, Presidente. Na vez passada, inclusive, e por várias vezes, houve adiamento, porque o projeto é complexo, o projeto tem um histórico, e eu acho que, por isso, justifica-se discuti-lo num momento político de outra qualidade, com outra legitimidade, não só para este Congresso como para o País, depois da legitimação do processo eleitoral.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Em votação a ata.
Os Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*
Aprovada, com o voto contrário do Deputado Ivan Valente.
Expediente.
Comunico que está disponível para V.Exas. a lista com a sinopse do expediente recebido.
Antes de passarmos à Ordem do Dia, presto alguns esclarecimentos acerca dos procedimentos que nortearão os trabalhos de discussão e votação do parecer do Relator nesta Comissão.
A lista de inscrição para a discussão continua à disposição dos Srs. Deputados na mesa de apoio da secretaria.
Os Srs. Deputados terão a palavra na ordem de inscrição, alternadamente contra e a favor do parecer - art. 171. É permitida a permuta de inscrição, porém, aqueles que não se encontrarem presente na hora da chamada perderão definitivamente a sua inscrição.
O prazo para discutir a matéria é de 15 minutos para os membros da Comissão, autores e para os Líderes. Será de 10 minutos para os Deputados que a ela não pertençam.
Os Deputados que desejarem fazer a leitura de eventuais votos em separado deverão fazê-la de acordo com a lista de inscrição e pelo prazo já estabelecido, não lhes sendo permitido falar novamente.
Os autores de eventuais votos em separado que não estiverem inscritos deverão encaminhar o seu voto à Secretaria da Comissão para inclusão na publicação do avulso. Os requerimentos de destaque poderão ser apresentados até o anúncio da votação.
Ordem do Dia.
Discussão e votação do parecer do Relator, Deputado João Arruda.
Encontra-se sobre a mesa um requerimento de retirada de pauta de proposição

de ordem do dia de iniciativa do Deputado Ivan Valente, que passo a ler: *Requeiro a V.Exa., com base no art. 117, inciso VI, do Regimento Interno, a retirada do PL 1.292/95, item 1 da pauta da reunião de hoje.*
Assina o Deputado Ivan Valente.
Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem 5 minutos para o encaminhamento do seu requerimento.
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero colocar claramente a seguinte questão. A razão pela qual o PSOL está entrando em obstrução e pedindo a retirada de pauta está ligada a uma visão política mais geral.
Eu queria até cumprimentar o Relator, Deputado João Arruda; o Presidente, Deputado Augusto Coutinho; todos os Parlamentares que se esforçaram nessa questão, mas nós estamos entendendo que nós vivemos um momento político muito grave no nosso País. Inclusive, todo processo de instabilidade política foi gerado a partir de processos que vieram também na discussão de licitações, como na PETROBRAS e em todas as obras públicas que se estenderam da União aos Estados e aos Municípios.
A verdade é que a lógica presente num processo licitatório, num país que tem a dimensão do Brasil, com o PIB brasileiro, em que as compras públicas podem atingir 500 bilhões de reais, talvez 15 a 25% do PIB, é complexa. Então, discutir isso é realmente uma demanda da sociedade.
Quero dizer ao Deputado João Arruda que, em 1993, quando eu era Deputado Estadual, eu estive aqui e pude acompanhar, durante 2 dias, a votação em plenário da Lei nº 8.666. A discussão foi muito longa, muito detalhada, porque o entendimento do Plenário a respeito de matéria com essa complexidade é relativamente pequeno e tem muitos detalhes e também requer uma análise de profundidade. Então, a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações, na verdade, foi considerada muito avançada para a época.
Revogar a Lei de Licitações assim não é tão simples. O que se pode dizer é que nós precisamos agilizar processos, melhorar sempre a transparência pública, melhorar a qualidade da administração pública, buscar o melhor custo-benefício. Tudo isso faz parte de um processo que leva à administração pública mais seriedade, mais honestidade, mais ganho.
Mas a verdade é a seguinte. Nós não podemos considerar esta lei que está sendo votada aqui hoje, o substitutivo, como uma condensação, digamos assim, de três leis, que seria a Lei nº 8.666, a Lei Geral de Licitações e Contratos; a Lei nº 10.520, de 2002, a chamada Lei do Pregão; e a Lei nº 12.462, de 2011, a Lei do Regime Diferenciado de Contratações - RDC. Não entendo como uma consolidação disso. É uma tentativa de avanço, mas certamente nós queremos discutir muito mais este processo.
Entendemos que uma lei desse porte não pode ser votada por um Congresso tão contaminado como o nosso; e não essa como também diversas leis de privatizações que estão passando no Congresso Nacional, como a da ELETROBRAS, da cessão onerosa, da venda do Brasil na bacia das almas. Trata-se de projetos de alta complexidade em fim de mandato e com um governo ilegítimo, imoral, que ainda está aí, como é o Governo do Temer. Por isso nós temos mantido essa discussão.
E achamos o seguinte: se vamos começar algo novo, vamos começar com um Congresso novo e com uma nova eleição presidencial, minimamente, e também de governadores, porque esta lei trata de licitações dos Municípios,

etc.
Por isso, Sr. Presidente, nós entendemos que esta discussão deveria ficar para o próximo ano. Nós vamos defender isso aqui e vamos defender isso também no Plenário da Câmara dos Deputados. Daí o pedido de retirada de pauta.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Para encaminhar contra o requerimento do Deputado Ivan Valente, concedo a palavra ao Deputado Vitor Lippi.
O SR. DEPUTADO VITOR LIPPI - Obrigado, Sr. Presidente.
Deputado Ivan Valente, V.Exa. tem toda a razão quando fala que nós temos que buscar realmente melhorar a transparência, melhorar a eficiência, melhorar a qualidade das compras públicas. V.Exa. tem toda a razão.
Nós vivemos um momento dramático no Brasil porque nós temos mais de 10 mil obras paradas. Há hospitais com problemas gravíssimos, com falta de remédios, com atraso de serviços, com serviços públicos paralisados, com gestores de boa-fé sendo criminalizados. Enfim, nós temos hoje uma situação muito ruim para todo o mundo. O senhor tem toda a razão nisso.
Assim, quando apresentamos uma proposta como essa, importantíssima, que foi discutida, sim... É lógico que não dá para ficar discutindo por anos, mesmo as questões importantes. Nós tivemos meses de discussão aqui, dezenas de audiências públicas, não só nesta Casa, Deputado Ivan Valente, mas também nos Estados, com a participação do Tribunal de Contas da União, da AGU, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas Estaduais. Enfim, houve um trabalho muito intenso do Deputado João Arruda e do Deputado Coutinho.
Eu digo isso, Deputado, porque eu participei ativamente desde o início. Trouxemos grandes e importantes contribuições dos Municípios, dos hospitais, do setor de saúde, dos gestores que têm grandes dificuldades na aplicação da lei.
Nós temos grandes avanços aqui de modernização, ampliando, sim, como V.Exa. deseja, a transparência pública, criando o Portal Nacional de Transparência pública, criando um Comitê Nacional do qual vão participar o Tribunal de Contas, o Governo Federal, os Governos Estaduais e os Governos Municipais, exatamente para termos um aperfeiçoamento permanente deste processo fundamental, que é o sistema de compras públicas no Brasil.
Haverá, inclusive, a exigência de que os Tribunais de Contas orientem, façam uma análise prévia dos contratos e das licitações, exatamente para que nós possamos reduzir os erros. Enfim, nós temos contribuições muito importantes.
Nós estamos simplificando, modernizando, tornando mais eficiente, valorizando a técnica em detrimento do preço apenas, porque muitas vezes nós comprávamos péssimos serviços. Então, sem sombra de dúvida, foi o melhor que nós conseguimos até aqui.
Nesse sentido, Sr. Presidente, eu peço aqui, respeitando, obviamente, a posição do Deputado Ivan Valente, que nós votemos contrariamente à proposta dele, porque entendemos que isso é de relevante interesse público.
Mesmo no final de um governo, eu entendo que esta Casa tem, sim, compromisso com o futuro e com todos os gestores de Municípios, de hospitais, os gestores estaduais, enfim, todo o mundo depende do aperfeiçoamento desta legislação. E é esta a contribuição que esta Casa deve dar neste momento.
Por isso, entendo que isso foi discutido, foi amadurecido, foi trazido por gente que tem experiência na ponta, que é vítima das dificuldades, das deficiências

que a legislação atual tem.
Eu entendo, portanto, que nós devemos aqui votar favoravelmente à votação e contrariamente à proposição do Deputado Ivan Valente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Orientação de bancada por 1 minuto, no máximo.
Como vota o PT? *(Pausa.)*
(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Não. É orientação de bancada para o requerimento da retirada de pauta do Deputado Ivan Valente.
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Obstrução.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o MDB?
O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - O MDB vota a favor.
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Obrigado, Deputado. Vai votar a favor. Agradeço.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Vota para discutir?
O SR. DEPUTADO CELSO MALDANER - Vota contra a retirada.
Como vota o PP? *(Pausa.)*
Como vota o PSDB?
O SR. DEPUTADO VANDERLEI MACRIS - Sr. Presidente, a votação do PSDB é contra o requerimento, até porque nós entendemos a necessidade da votação desta proposta ainda hoje.
Por mais respeito que eu tenha pelo Deputado Ivan Valente, creio que ele está equivocado quando defende o adiamento desta proposta.
Esta é uma proposta que já foi amplamente debatida no Senado, amplamente debatida aqui na nossa Comissão. Nós tivemos a paciência de ouvir dezenas e dezenas de entidades de pessoas preocupadas e conhecedoras desta questão, e conhecedoras de maneira aprofundada da Lei nº 8.666, que estiveram aqui. Todas elas falaram claramente dos avanços que nós tivemos na proposta apresentada no Senado.
Aqui, com a presença do Deputado João Arruda como Relator, realmente houve um avanço maior ainda, com mais democracia no debate. Este é, portanto, o caminho que nós do PSDB entendemos: a aprovação da proposta ainda hoje, portanto, contra o requerimento.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o DEM? *(Pausa.)*
Como vota o PR? *(Pausa.)*
Como vota o PSD? *(Pausa.)*
Como vota o PSB?
O SR. DEPUTADO BEBETO - Sr. Presidente, eu quero trazer uma informação. Desde 2015, numa Comissão Especial que aqui se instalou, este tema de reanálise de Lei nº 8.666 tem sido objeto de debate nesta Casa. Agora o substitutivo foi apresentado, e nós tivemos um exaustivo debate - eu quero fazer justiça ao nosso Relator João Arruda -, em que se permitiu, na proposta do plano de trabalho, ouvir a academia, órgãos de controle, gestores, os mais distintos atores econômicos e sociais deste País. Visou-se construir não um consenso, mas uma proposta medianamente debatida, refletida, equilibrada, que pudesse considerar os limites e possibilidades de uma lei que de fato, na sua complexidade, exigiu um trabalho árduo por parte de V.Exa. Ao término do trabalho, nós estamos com um relatório de fato equilibrado.
Neste sentido, o PSB encaminha contra a retirada da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o PRB? *(Pausa.)*
Como vota o PDT? *(Pausa.)*
O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, o PSD queria orientar.
O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Sr. Presidente, ainda há muita dúvida. Por exemplo: nós temos a obrigação de, no caso de obras acima de 200 milhões, colocar um seguro de até 30%. Por outro lado, na hora de a seguradora cumprir este seguro, ela se limita a 15% do valor do contrato. Você faz seguro de 30%, e a seguradora só se obriga a cumprir 15%.
Então, eu acho que isso não está legal. Para que precisa segurar 30%, se existe a obrigação de cumprir apenas 15% do valor do contrato?
O PDT orienta obstrução.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o PSD?
O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente, nós somos contrários à retirada de pauta, porque nós avançamos para um substitutivo que nós entendemos que está pronto para ser votado. Não é possível que, depois de todo o trabalho desta Comissão, do trabalho do nosso Relator João Arruda, de todos os Deputados desta Comissão, nós possamos agora não votar esta matéria por conta de outros fatores, externos ao trabalho desta Comissão.
Eu vejo que a Lei nº 8.666 contribuiu muito no período de vigência, mas agora outra lei está pronta. Todos os pontos em que havia divergências nós conseguimos convergir para um projeto que é um projeto ideal para o Brasil neste momento.
Portanto, nós, do PSD, orientamos não. Parabenizamos o Relator pelo trabalho; o Sr. Presidente, Deputado Augusto Coutinho, e todos os membros, Deputados e Deputadas, desta Comissão.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o Podemos? *(Pausa.)*
Como vota o PTB?
A SRA. DEPUTADA CRISTIANE BRASIL - Sr. Presidente, eu gostaria de indicar o voto contrário ao requerimento e dizer aos Deputados que insistem com a retirada de pauta que reflitam um pouco sobre a situação deste projeto de lei.
Segundo o Presidente da Câmara, Deputado Rodrigo Maia, se nós não votarmos este PL, que já sofreu uma série de alterações, que está muito melhor do que o que veio do Senado, o que vai acontecer é que será votado no Plenário o projeto que veio do Senado. Ele é muito pior para as empresas e para o mercado do que o que nós modificamos aqui.
Portanto, o PTB indica o voto não e pede o apoio dos Parlamentares que ainda não entenderam isso, pede que eles tenham um novo entendimento e que reflitam sobre isso e nos ajudem a compor um acordo hoje, para que nós possamos, nesta semana que encerra os trabalhos legislativos neste primeiro semestre, dar um recado para este País. Nós estamos contribuindo para a modernização das compras públicas do Brasil. Espero que nós possamos fazer este acordo e votar este projeto nesta Comissão.
Eu apresentaria hoje um voto em separado e abri mão desse voto porque o Relator ouviu o meu pedido e mudou um artigo que ele estava relutando em mudar. Por isso, eu peço o voto dos companheiros, para que se retire este requerimento de retirada de pauta e possamos, sim, votar este projeto hoje.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - A Deputada Cristiane

Brasil falou por mais tempo porque ela tem mais 30% do tempo dos homens. Por isso, eu estou permitindo. *(Risos.)*
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Também quero 30%, Presidente.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - V.Exa. tem que botar saia. *(Risos.)*
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Este critério não está no Regimento. *(Risos.)* Só o Regimento das licitações é que tem 30% a mais, lembra? É o mais, é o *plus* das licitações. *(Risos.)*
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o Democratas? *(Pausa.)*
A SRA. DEPUTADA PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE - O Democratas vota não.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o PROS? *(Pausa.)*
Como vota o Solidariedade? *(Pausa.)*
Como vota o PCdoB? *(Pausa.)*
Como vota o PSC? *(Pausa.)*
Como vota o PPS? *(Pausa.)*
Como vota o PSOL? *(Pausa.)*
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Deputada Cristiane, o projeto que vai ser votado lá não é o do Senado, não. Não é o do Senado. Pode verificar no seu Regimento aí. Não é, porque haverá um parecer da Casa, a não ser que V.Exas. desistam. Então, fechem a Comissão, desistam e não vai haver parecer para ir ao Plenário. A Câmara tem o direito de apresentar um parecer.
Em segundo lugar, vejam, o fato de termos discutido muito não esgota o fato de que há divergências, entendem? Por exemplo, na questão da elevação do teto para 200 milhões, nós temos uma diferença básica, que é a questão do seguro-garantia. Isso aqui é a financeirização do processo. Nós somos absolutamente contrários a isso, tanto que temos um destaque aqui, e o apresentaremos no momento certo, mas, por enquanto, não.
O PSOL orienta obstrução.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Como vota o Patriota? *(Pausa.)*
Como vota o PHS? *(Pausa.)*
Como vota o PV? *(Pausa.)*
Como vota a REDE? *(Pausa.)*
Como vota o PRP? *(Pausa.)*
Como vota a Minoria? *(Pausa.)*
Como vota a Maioria? *(Pausa.)*
Como vota a Oposição? *(Pausa.)*
Como vota o Governo? *(Pausa.)*
Em votação o requerimento.
Os Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram, os contrários queiram se manifestar. *(Pausa.)*
Quem é contra o projeto, levanta a mão. Quem é a favor, fique como está.
O SR. DEPUTADO IVAN VALENTE - Verificação, Presidente.
O SR. DEPUTADO FÉLIX MENDONÇA JÚNIOR - Verificação conjunta.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Verificação concedida. Está iniciada a votação.

Os Deputados que são contra a retirada de pauta votam não. Quem é a favor vota sim.
(Processo de votação.)
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente...
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Pois não, Deputado.
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Quero justificar, porque vou me retirar temporariamente e estou pedindo para ser substituído na bancada.
Eu tenho uma reunião com movimentos sociais sobre a LDO do Senador Dalirio Beber, que veda, em um de seus artigos, aumentos salariais no ano que vem. Está todo o mundo contra esse artigo. *(Risos.)* Todas as categorias do serviço público estão contra o artigo.
Eu sou Líder da Oposição na CMO. Então, eu vou ter que comparecer a essa reunião. Em breve, chegará o Deputado Valmir Prascidelli.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Sua ausência sempre é notada, mas nós entendemos.
O SR. DEPUTADO AFONSO FLORENCE - Presidente, obrigado pela gentileza. Se for necessário, eu retornarei.
(Processo de votação.)
O SR. DEPUTADO JOÃO CARLOS BACELAR - Sr. Presidente, o PR muda o voto para obstrução.
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - O PR muda para obstrução.
(Processo de votação.)
O SR. PRESIDENTE (Deputado Augusto Coutinho) - Eu vou suspender a votação, porque a Ordem do Dia começou. Infelizmente, eu tenho que suspender. Vou deixar a reunião aberta. Esta votação será cancelada e a reunião está suspensa.
(A reunião é suspensa).